

INVASÃO NO JK

Câmara pode abrir CPI

PARA INTEGRANTES DA COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS, ESSA PODE SER UMA DAS FORMAS DE IMPEDIR A DEGRADAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO

Carlos Jacobina

A Comissão de Assuntos Fundiários da Câmara Legislativa discutiu, na reunião ordinária de ontem, a situação do Parque JK, entre Taguatinga e Samambaia, que foi invadido e está sendo ocupado irregularmente. Os deputados Pedro Passos (PTB), presidente da Comissão, Peniel Pacheco (PSB) e Arlete Sampaio (PT) defenderam o encaminhamento ao Poder Público do relatório feito durante a visita dos membros da Comissão, para que sejam tomadas medidas urgentes contra a degradação ambiental naquela área. Mas o deputado José Edmar (PMDB) solicitou mais prazo para que novos dados possam ser incluídos no documento.

Os deputados da Comissão foram unânimes em afirmar que é preciso encontrar uma saída para acabar com as invasões de áreas de preservação ambiental, que afetam todo o DF. Peniel Pacheco e Arlete Sampaio pregaram a necessidade de aprovação, pela Câmara, de uma CPI para apurar "tecnicamente" a questão. O deputado Pedro Passos argumentou que tem resistência em aceitar a CPI como a melhor opção de investigar a degradação ambiental, em virtude do "sensacionalismo" que poderia provocar. Disse que a Comissão dispõe de atribuições



Há duas semanas, os deputados viram de perto os estragos no parque

cabíveis para realizar essa tarefa.

Os deputados chegaram a votar e aprovar um projeto de lei do GDF que aliena imóveis em áreas comerciais de Taguatinga e Ceilândia. Os deputados Peniel e Arlete votaram contra a proposta, sustentando que isso poderia trazer prejuízos à população, pois aqueles imóveis poderiam servir no futuro para insta-

lação de equipamentos públicos de lazer ou de prestação de serviços. Pedro Passos, relator da matéria, e José Edmar votaram favoravelmente.

Mas o voto de "minerva" dado por José Edmar, que ocupava interinamente a presidência da Comissão, foi contestado por Peniel e Arlete. José Edmar concordou que, por ter se declarado

oficialmente impedido de exercer a presidência daquela Comissão, por causa da acusação de grilagem que responde na Justiça, não deveria ter exercido a presidência naquela votação. Resultado: a votação da proposta foi anulada. O deputado Peniel pediu vistas ao projeto, para que possa ser apreciado na próxima reunião.